

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL
Volume II

**Gilberto Freyre e o colonizador
português**

IVAN JUNQUEIRA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

Gilberto Freyre e o colonizador português

IVAN JUNQUEIRA†

Logo na abertura de seu prefácio à primeira edição de *Casa-grande & Senzala*, publicada em 1933, conta-nos Gilberto Freyre que, em outubro de 1930, lhe ocorreu a ideia do exílio. E acrescenta: «Levou-me primeiro à Bahia; depois a Portugal, com escala pela África.» Pouco depois, entretanto, chegou-lhe em Lisboa o convite da Universidade de Stanford para que aceitasse a incumbência de ser um de seus *visiting professors* na primavera daquele ano. E foi «com saudade», diz ele, que, poucos meses depois, deixou Portugal com destino aos Estados Unidos. Esse breve episódio tem algo de premonitório, pois é nas páginas de *Casa-grande & Senzala* que iremos encontrar uma das mais agudas e originais interpretações do papel que exerceram os portugueses em nossa sociedade na época da colonização, o que se poderá comprovar, acima de tudo, ao longo do extenso capítulo III daquela obra, que leva o título de “O colonizador português: antecedentes e predisposições”.

Criou-se no Brasil, não sei bem por que descaminhos ou sortilégios da incompreensão, a ideia de que a colonização portuguesa de nosso território foi, antes de mais nada ou quase estritamente, predatória. É claro que se desenvolveram aqui algumas formas graves de predação, desde as práticas escravagistas e a monocultura açucareira até a desenfreada exploração de nossos recursos naturais, particularmente os de origem mineral, às quais se poderiam acrescentar outros males, como os do cartorialismo, da falta de liberdade individual em quase todos os níveis sociais, da lancinante carência de investimentos no processo educacional, da inexistência de publicações ou do sufocante excesso de autoritarismo por parte de um colonizador que desde sempre insistiu em desprezar as diferenças culturais e raciais dos grupos humanos que se encontravam sob sua dominação. Mas essa é apenas uma das faces da moeda, de uma moeda que era corrente não apenas em nosso país, mas também em outros territórios que, no restante do mundo, estavam sendo colonizados àquela época. E é justamente aqui que aflora o ineditismo da interpretação, a um tempo histórica, antropológica, etnográfica, econômica e social, de Gilberto Freyre.

Mas quem era, afinal, esse colonizador? Responde o sociólogo: «Figura vaga, falta-lhe o contorno ou a cor que a individualize entre os imperialistas modernos. Assemelha-se nuns pontos à do inglês; noutros à do espanhol. Um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México ou do Peru; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis.» Embora tenha ficado em nossa história como o implacável escravocrata que só faltou transportar da África para a América a população inteira de negros, «foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores», além de revelar-se o menos cruel nas relações com os escravos. Esclarece-nos Gilberto Freyre que isso ocorria pela impossibilidade que experimentava o português «de constituir-se em aristocracia europeia nos trópicos: escasseava-lhe para tanto o capital, senão em homens, em mulheres brancas». Todavia, independentemente da falta ou da escassez dessa mulher branca, a verdade é que o português sempre tendeu, em suas aventuras marítimas e coloniais, para o voluptuoso contato com a mulher exótica. Em suma, para o cruzamento e a miscigenação. E acrescenta o autor de *Casa-grande & Senzala*: «Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu.»

Pode-se dizer que a colonização do Brasil processou-se de forma mais aristocrática do que em qualquer outra parte da América. Observa assim o sociólogo que, no Peru, «terá havido maior brilho cenográfico; maior ostentação das formas e dos acessórios da aristocracia europeia», mas onde o processo de colonização revelou-se essencialmente aristocrático, diz ele, foi no Norte do Brasil. Aristocrático, patriarcal e escravocrata, já que o português «fez-se aqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América». Medularmente plebeu, «ele teria falhado na esfera aristocrática em que teve de desenvolver-se seu domínio colonial no Brasil.» Mas não falhou, antes fundou a maior civilização moderna nos trópicos. Engana-se, pois, o conde Herman de Keyserling, quando em seu «Portugal», estudo publicado em Lisboa em 1931, chega ao exagero impressionista de reduzir os portugueses a um povo sem grandeza nenhuma, diminuindo-lhes a importância da função criadora que, durante os séculos xv e xvi, afirmou-se não apenas na técnica da navegação e da construção naval, mas também na audácia dos descobrimentos e das conquistas,

nas guerras da África e da Índia, na opulenta literatura de viagens e no eficaz imperialismo colonizador.

Só lhes preserva de original, sublinha ainda Gilberto Freyre, «a música popular ou plebeia; e de grande o ódio ao espanhol. Ódio igualmente plebeu.» Por esse ódio ou antagonismo ao espanhol é que o português se teria conservado autônomo. Mas antes do ódio ao espanhol, um outro, talvez mais profundo e criador, agiu sobre o caráter português, predispondo-o ao nacionalismo e até mesmo ao imperialismo: o ódio ao mouro. Quase o mesmo ódio, salienta o ensaísta, «que se manifestou mais tarde no Brasil nas guerras aos bugres e aos hereges». Sobretudo aos hereges, o inimigo contra o qual se uniram energias dispersas e até conflitantes, como jesuítas e senhores de engenho, paulistas e baianos. Pode-se mesmo afirmar que a unificação moral e política do território colonizado ocorreu em grande parte graças à solidariedade dos distintos grupos contra a heresia, ora encarnada pelo corsário francês, ora pelo flibusteiro inglês. Assim é que nossa hostilidade aos ingleses, franceses e holandeses sempre manifestou o mesmo caráter de profilaxia religiosa. Como lembra Gilberto Freyre, durante todo o século XVI houve clara tolerância, ou mesmo certa doçura, da parte dos padres de Santos com relação aos europeus que ali viviam ou comerciavam. O ódio era profilático: contra o pecado, e não contra o pecador, diria um teólogo.

O descobrimento do Brasil inclui-se no amplo programa marítimo e comercial iniciado pela viagem de Vasco da Gama às Índias. A colonização do extenso território americano desviou-se, todavia, das normas comerciais e burguesas do primeiro século do imperialismo português para reviver os modelos de autocolonização aristocrática e agrária postos em prática nas terras que Portugal reconquistou aos mouros. Sustenta Gilberto Freyre que o Brasil «foi como uma carta de paus puxada num jogo de trunfo em ouros». Ou seja, uma decepção para o imperialismo que se iniciara com a viagem de Vasco da Gama. Daí, pondera o sociólogo pernambucano, «o gesto mole, desinteressado, sem vontade, com que a Coroa recolheu ao seu domínio as terras de pau-de-tinta descobertas por Pedrálvares Cabral». Somente mais adiante — na fase propriamente colonizadora, a que se estende de fins do século XVI a meados do século XVII —, é que o Brasil «teria força de trunfo no jogo das competições imperialistas das nações europeias», transformação essa que se deve à súbita valorização do açúcar nos mercados aristocráticos e burgueses do velho continente. A bem da verdade, o açúcar

tornou-se artigo de luxo, sendo comercializado a preços elevadíssimos e com lucros imensos tanto para produtores quando para intermediários.

Iniciada a colonização do vasto território pelo esforço dos portugueses, cumpre reconhecer desde logo que ao sangue do colonizador oficial se misturou o de europeus das mais variadas origens: ingleses, franceses, florentinos, genoveses, alemães, flamengos, espanhóis. A nenhum deles se opunha objeção de raça ou nacionalidade para que fossem admitidos na sociedade portuguesa da América no século XVI, contanto que fossem católico-romanos ou que aqui, como observa Gilberto Freyre, «se desinfetassem com água benta da heresia pestífera». Parece evidente a liberalidade para com o estrangeiro na América portuguesa daquele século, uma liberalidade, aliás, que vinha de longe, das próprias raízes da nação portuguesa. Não se trata, portanto, de nenhuma virtude advinda do nada, e sim, como adverte o autor de *Sobrados e Mucambos*, «do resultado quase químico da formação cosmopolita e heterogênea desse povo marítimo». É um erro dividir Portugal em dois: um louro, que seria o aristocrático do Norte; e outro moreno ou negróide, do Sul, que seria o plebeu. Situado entre a África e a Europa, o quase permanente estado de guerra em que por longos anos viveu Portugal deu-lhe «uma constituição social vulcânica que se reflete no quente e plástico de seu caráter nacional, das duas classes e instituições, nunca endurecidas nem definitivamente estratificadas».

Predisposto por sua situação geográfica, ou seja, de trânsito, de intercomunicação e de conflito entre elementos vários e díspares, quer étnicos, quer sociais, Portugal, como ressalta o sociólogo brasileiro, «acusa em sua antropologia, tanto quanto em sua cultura, uma grande variedade de antagonismos, uns em equilíbrio, outros em conflito». E esses antagonismos em conflito «são apenas a parte indigesta da formação portuguesa: a maior parte se mostra harmoniosa nos seus contrastes, formando um todo social plástico, que é o caracteristicamente português». Sustenta ainda Gilberto Freyre que Portugal «é por excelência o país europeu do louro transitório ou do meio-louro». Assim, nas regiões mais irrigadas pelo sangue nórdico «muita criança nasce loura e cor-de-rosa como um Menino Jesus flamengo para tornar-se, depois de grande, morena e de cabelo escuro». Ou então — o que é mais típico — revela-se a dualidade, o equilíbrio de antagonismos, naqueles minhotos de que nos fala Alberto Sampaio: homens morenos de cabelo louro, homens de barba loura e cabelo escuro. Para Gilberto Freyre, foram

esses «mestiços com duas cores de pêlo» que constituíram «a maioria dos portugueses colonizadores do Brasil, nos séculos XVI e XVII; e não nenhuma elite loura ou nórdica, branca pura: nem gente toda morena e de cabelo preto. Nem os dólico-louros de Oliveira Viana, nem os judeus de Sombart, nem os moçárabes de Debbané, mas portugueses típicos».

Conviria ainda salientar aqui que a dualidade na cultura e no caráter dos portugueses se acentuara na época do domínio mouro. E após derrotado o povo africano sua influência haveria de persistir graças a uma série de efeitos da ação e do trabalho dos escravos sobre os senhores. Assinala a propósito Gilberto Freyre que a «escravidão a que foram submetidos os mouros e até os moçárabes, após a vitória cristã, foi o meio pelo qual se exerceu sobre o português decisiva influência não só do mouro, do maometano, do africano, mas geral, do escravo». E foi essa influência, insiste o mestre de Apipucos, que o predispôs «como nenhuma outra para a colonização agrária, escravocrata e polígama — patriarcal, enfim — da América tropical». E sem a experiência moura, o colonizador teria provavelmente fracassado na formidável tarefa que era administrar tão vasto e inóspito território. Restaria ainda observar, no que toca à participação do mouro e do moçárabe no processo de colonização do Brasil, ser muito provável que para cá tenham vindo, em companhia dos cristãos-novos e portugueses velhos que o iniciaram, numerosos indivíduos daquelas duas etnias. De qualquer modo, como o atestam estudos recentes dos inventários e testamentos do século XVI, a colonização do Brasil fez-se muito à portuguesa, ou seja, de forma heterogênea quanto a procedências étnicas e sociais. Escreve Gilberto Freyre: «Nela não terão predominado nem morenos nem louros. Nem moçárabes como pretende Dabbané nem aristocratas como imaginou o arianismo místico de Oliveira Viana. Nem os dourados fidalgos de Frei Gaspar nem a escória do reino — criminosos e mulheres perdidas — de que tanto se acusa Portugal de ter enchido o Brasil nos primeiros séculos de colonização.»

De acordo com o autor de *Inglese no Brasil*, nosso território foi colonizado por uma nação de homens mal-nutridos, sendo falsa a ideia que geralmente se faz do português como indivíduo superalimentado. Ramalho Ortigão foi um dos primeiros a se dar conta desse engano, embora o tenha feito por um caminho incerto, ou seja, o reduzido consumo de carne em Portugal. As estatísticas são alarmantes, sobretudo em Lisboa: quilo e meio de carne por mês para cada

habitante. E a deficiência dessa dieta não foi só de carne de vaca, mas também de leite e vegetais, substituídos pelo consumo de peixe seco e comida em conserva. E curioso era o contraste entre essa indigência alimentar, ao lado de uma absoluta falta de conforto doméstico, e o fausto do vestuário não apenas dos fidalgos, mas também da escravaria. Boa parte desses hábitos foi transplantada para a nova colônia, tanto assim que viajantes ingleses e franceses que por aqui estiveram durante os séculos XVI e XVII observaram que ao esplendor das sedas e ao número abusivo de escravos raramente correspondia o conforto doméstico das residências. William Cecil Dampier, citado por Gilberto Freyre, escreveu em suas *Voyages* que na Bahia, em fins do século XVII, havia casarões enormes, mas pobremente mobiliados. Daí as casas-grandes de senhores de engenho que viu no Brasil: todas de escasso mobiliário. E quadros na parede, raríssimos — somente numa ou noutra, mais requintada. Em certo sentido, como assinalam os historiadores Costa Lobo, Oliveira Martins e João Lúcio de Azevedo, todo esse quadro poderia ser um reflexo da decadência da economia agrária em Portugal, ou seja, no entender de Gilberto Freyre, «o modo por que a nação se mercantilizou a ponto de tornar-se grande casa de negócios com o próprio rei e os maiores fidalgos transformados em negociantes».

Oliveira Martins pergunta se teria mesmo sido «um crime escravizar o negro e levá-lo à América». Para alguns publicistas da época foi erro crasso e enorme. Mas ninguém nos disse até hoje, atalha o autor de *Açúcar*, «que outro método de suprir as necessidades do trabalho poderia ter adotado o colonizador português no Brasil». E aqui seria oportuno recordar que o êxito desse empreendimento se fundou desde sempre em dois sustentáculos: açúcar e negros. Não fossem esses negros, de onde viria a mão-de-obra capaz de enfrentar o clima áspero do Brasil e suas grandes extensões de terra? Terra de insetos devastadores, de secas e inundações. A saúva, apenas ela, sem outra praga nem dano, teria vencido qualquer colono europeu. É por isso que escreve Gilberto Freyre: «Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo.» Não foram poucas nem brandas as críticas, sobretudo da esquerda, que recebeu na época o autor por tais afirmações, mas o que se deve ver aqui não é o elogio à

deplorável prática escravagista, e sim o duro reconhecimento de uma realidade histórica, econômica e social.

Outro grande problema relacionado ao processo da colonização portuguesa no Brasil foi o do povoamento de nosso vasto território. Até mesmo na legislação portuguesa, como salienta Gilberto Freyre, refletiu-se «o problema de escassez de gente ao qual parece às vezes ter-se sacrificado a própria ortodoxia católica». É isso o que se percebe em Portugal durante o Quinhentos e o Seiscentos, quando a Igreja consente no casamento de *juras*, ou secreto, consumado com o coito. As Ordenações Manuelinas, e depois Filipinas, o sacramentaram, considerando cônjuges os que vivessem em pública voz e fama de marido e mulher. Enfim, uma grande tolerância para com qualquer espécie de união de que resultasse o aumento de gente, uma infinita benignidade para com os filhos naturais. E no Brasil não foi diferente. Como bem observa o sociólogo brasileiro, os «interesses de procriação abafaram não só os preconceitos morais como os escrúpulos católicos de ortodoxia; e ao seu serviço vamos encontrar o cristianismo que, em Portugal, tantas vezes tomou característicos quase pagãos de culto fálico». Recorde-se a propósito que os grandes santos nacionais tornaram-se aqueles aos quais a imaginação popular decidiu atribuir milagrosa intervenção em aproximar os sexos, em fecundar as mulheres, em proteger a maternidade, como Santo Antônio, São João, São Gonçalo do Amarante, São Pedro, o Menino Deus, Nossa Senhora do Ó, da Boa Hora, da Conceição, do Bom Sucesso, do Bom Parto e tantos outros. E parece-nos óbvio que tal importância e prestígio se comunicaram ao Brasil, onde os problemas do povoamento, tão angustiantes em Portugal, prolongaram-se através das dificuldades da colonização em tão precários recursos de gente.

Em outro plano, o da alimentação, observa Gilberto Freyre que «a culinária portuguesa, tanto quanto o hagiológico, recorda nos velhos nomes de quitutes e guloseimas, nas formas e ornamentos meio fálicos de bolos e doces, na condimentação picante, como que afrodisíaca, dos guisados, cozidos e molhos, a vibração erótica, a tensão procriadora que Portugal precisou manter na sua época intensa de imperialismo colonizador». Estímulos idênticos ao amor e à fecundidade podem ser encontrados na culinária colonial brasileira. Deixemos que fale, mais uma vez, o autor de *Casa-grande & Senzala*: «Mesmo nos nomes de doces e bolos de convento, fabricados por mãos seráficas, sente-se às vezes a intenção

afrodisíaca, o toque fescenino a confundir-se com o místico: suspiros-de-freira, toucinho-do-céu, barriga-de-freira, manjar-do-céu, papos-de-anjo.» Na verdade, eram os bolos e doces pelos quais suspiravam os freiráticos à porta dos conventos. Impedidas de entregar-se em carne a tais adoradores, muitas freiras davam-se a eles nos bolos e caramelos, que adquiriam assim uma espécie de simbolismo sexual. Conta-nos Gilberto Freyre que Afrânio Peixoto, em um de seus romances de costumes, escreve a propósito desses bolos e doces de origem conventual: «não foram outros como nós, gozadores, que lhes demos tais apelidos, mas as suas autoras, as respeitáveis abadessas e freiras dos conventos portugueses nos quais a ocupação, mais do que o serviço divino, era a fábrica dessas iguarias».

É na instituição social da escravidão que iremos encontrar, na verdade, o grande excitante de sensualidade entre os portugueses, como depois também entre os brasileiros. Assinala Gilberto Freyre que a «escravidão, de que sempre se serviu a economia portuguesa, mesmo nos seus tempos de rija saúde, tomou aspecto acentuadamente mórbido ao tornar-se a monarquia mercantil e imperialista». Diz-nos Alexandre Herculano, referindo-se ao século XVI, que «a vida do escravo era nessa época verdadeiramente horrível em Portugal». Não resta dúvida de que isso ocorria devido à necessidade de corrigir-se a qualquer preço o desequilíbrio demográfico e econômico resultante das conquistas e aventuras de ultramar. Mas não se pode atribuir apenas ao regime de trabalho escravo a dissolução moral da sociedade portuguesa da forma como a denunciavam os viajantes estrangeiros depois do século XV. Como observa Gilberto Freyre, «a devassidão não era só portuguesa, mas ibérica». Ademais, seria aqui oportuno deixar claro que os colonizadores sofreram decisiva influência no sentido da dissolução moral, não exclusiva ou diretamente da América, mas das colônias em geral, dos contatos com povos exóticos e raças atrasadas, das conquistas e das relações ultramarinas. Tratava-se, por assim dizer, do ônus do imperialismo.

Foram muitos entre nós os que se empenharam na interpretação do papel que exerceu o colonizador português na formação da sociedade brasileira. Bastaria para comprová-lo recorrer às opulentas notas bibliográficas que se seguem a cada um dos capítulos de *Casa-grande & Senzala*, bem como às de outros estudos que nos legou o autor. Mas penso que poucos feriram tão fundo o assunto quanto Gilberto Freyre, sobretudo quando derruba certos preconceitos e malentendidos acerca desse colonizador. Embora predador como todo homem branco, foi ele,

muito mais do que o negro ou o índio, que implantou os valores fundamentais de nossa cultura e de nossa civilização, aquele que nos deu, acima de tudo, uma língua, essa língua que, como muito bem o disse o Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, assegurou a indestrutível unidade política e histórica de nosso território. Não foi ele, como aqui já se disse, um simples devastador de nossas riquezas ou um corruptor da moral e dos costumes que sequer se poderiam considerar como tais na época em que aqui aportou a pequena frota de Pedro Álvares Cabral. Avesso ao ímpeto guerreiro dos espanhóis e à inflexibilidade puritana dos ingleses, o colonizador português foi, antes de mais nada, um conciliador que, exatamente porque assim o era, conseguiu fundar uma das mais formidáveis e surpreendentes civilizações tropicais.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
E À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS NA SESSÃO CONJUNTA DE 28 DE SETEMBRO DE 2010)